

A BALA DE PRATA

A imagem é perfeita para o Brasil de hoje: a “bala de prata” — relíquia do folclore, remédio único para monstros inverossímeis — empunhada como se a política fosse caçada noturna e a economia, um par de olhos reluzindo no mato. Em vez de planilha, cenografia; em vez de estudo de impacto, a coreografia do gesto salvador. Silver bullet é palavra de mágico: brilha, some e reaparece atrás da orelha do eleitor.

A tornozeleira, por sua vez, é o oposto da prata: uma peça cinzenta, técnica, de borracha e circuito — símbolo de limitação num país que tem paixão por liberar-se do peso das leis por meio de uma frase de efeito. Desde Machado de Assis, sabemos que a “ideia peralta” mora entre nós: basta um enredo engenhoso e, zás, o destino muda. Não muda. O Brasil repete a pantomima porque política, entre nós, costuma obedecer ao script do espetáculo: a coisa é menos “como resolver” e mais “como parecer resolvido”.

Mas foquemos nas tarifas impostas aos produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos — 50% — cifra redonda como bola de cristal. O capricho das cifras redondas sempre seduz; são narrativas prontas. A astrologia das porcentagens tem esse encanto: contam histórias sem precisar de rodapé. E se a história for a do “castigo externo que redime o interno”, melhor ainda. O estrangeiro vira, conforme a ocasião, ou besta-fera que nos persegue ou anjo vingador que nos absolve. Somos, como diria Drummond, um país que conversa com as pedras, e às vezes as pedras respondem em forma de tarifa.

Só que o comércio internacional — perdoem-me a franqueza — é menos romance de capa e espada e mais romance russo: páginas e páginas de personagens secundários (acordos setoriais, cláusulas sanitárias, barreiras técnicas), pequenas intrigas no aparato administrativo, tempos mortos, capítulos que parecem não levar a nada até que, de súbito, uma vírgula muda um parágrafo inteiro. Quem já abriu um tratado de regras de origem sabe: é nesse labirinto que a realidade mora. E é precisamente esse labirinto que a “bala de prata” promete encurtar. Promete — como todo amuleto.

A cena pública, então, organiza-se como uma missa campal do ressentimento: o altar da pauta é erguido, o incenso das lives sobe, e a assembleia aguarda o milagre: que uma tarifa estrangeira seja, por vias transversas, a indulgência plenária doméstica. Faz-se do comércio global um confessionalário e, do anátema alfandegário, a extrema-unção de processos, condenações, inelegibilidades. No fim, toda a liturgia serve para que, por um minuto, pareça plausível que a prata —

punho cerrado, olhar duro, dedo em riste — dissolva a borracha da tornozela. Mas prata risca; borracha insiste.

Há um componente trágico-cômico nessa dramaturgia. De um lado, a modernidade tardia que adorou o gráfico, a métrica, a avaliação de impacto; de outro, a nostalgia dos gestos feudais — o castelo (“nossa soberania!”), a ponte levadiça (“fecharemos o porto!”), o bando de cavaleiros (os perfis azuis que galopam nos comentários). É como se estivéssemos, ao mesmo tempo, no Ministério da Fazenda e num auto de Gil Vicente, sob a mesma lona. Guy Debord chamaria de sociedade do espetáculo; eu, aqui, digo: é o amor brasileiro pelo atalho épico.

E no entanto — e este “no entanto” é o que nos salva — há vida inteligente no prosaico. Há diplomatas que redigem acordos, técnicos que fazem contas, produtores que calculam a safra, trabalhadores que aprendem novos processos, magistrados que escrevem sentenças com a sobriedade que o espetáculo despreza. A crônica do país continua sendo escrita por gente anônima que não precisa de bala nenhuma — precisa de políticas previsíveis, instituições que cumpram seus papéis, e de uma esfera pública onde o brilho da prata não ofusque o bom senso do estanho.

Talvez seja esse o nosso desafio literário e cívico: reaprender o romance longo, sem a tentação do capítulo resolvido em um golpe só. Abandonar a fascinação pelos números redondos e abraçar a matemática imperfeita das nuances. Entender que as tornozelas da lei — limitadoras, incômodas, às vezes injustas, outras vezes necessárias — não se derretem à luz de manchetes; discutem-se, reformam-se, confirmam-se. E que uma tarifa, por maior que pareça, não é exorcismo político: é instrumento econômico cuja eficácia depende de dez variáveis invisíveis no palco.

Fico, então, com a imagem final: o pistoleiro do faroeste brasileiro sacando a bala de prata no saloon das redes, enquanto o realejo toca uma modinha patriótica e o público segura o fôlego. O tiro ecoa. A fumaça faz desenho no ar. Quando dissipa, a vida real continua: contêineres na fila, tabelas de classificação, votos nos tribunais, notas técnicas, prazos, pragas agrícolas, pragas retóricas, e um país inteiro que precisa seguir trabalhando. A prata faz barulho. A engrenagem faz país.

Se um dia desistirmos do amuleto, talvez descubramos a verdadeira alquimia republicana: transformar o metal barulhento da demagogia no humilde bronze das regras claras — e, com isso, devagarinho, quem sabe, tirar não tornozelas, mas as correntes invisíveis que nos prendem à repetição do mesmo enredo.